

A Redução da Desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa

Claudio Salvadori Dedecca*

1 INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos, é inegável a trajetória de redução da desigualdade da distribuição pessoal da renda no Brasil. Os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revelam claramente a tendência de redução, a qual é observada para todas as regiões geográficas brasileiras.

Contudo, o consenso sobre a tendência de redução da desigualdade se desfaz quando se passa a debater as suas causas e as políticas públicas que a influenciaram. Diferenças se apresentam prontamente. De um lado, um conjunto de estudos associa estreitamente o movimento às políticas públicas de transferência de renda e de educação. Esse enfoque minimiza o papel do crescimento para o seu avanço. De outro, encontra-se o conjunto segundo o qual o movimento decorreu da ação de diversas políticas públicas, e sua continuidade dependerá do desempenho da atividade econômica.

Apesar da controvérsia dos argumentos, deve-se considerá-los ao menos como parcialmente complementares. É perfeitamente possível que ambas as análises tenham suas contribuições incorporadas articuladamente na construção das políticas públicas de combate à desigualdade social que impera no País. A disputa entre elas aparece no que se refere à extensão e ao escopo de cada uma das políticas públicas. Enquanto a primeira perspectiva defende uma abordagem mais focalizada nas diversas políticas públicas sociais, a segunda considera ser possível manter o caráter universal articulado a uma focalização de certas políticas.

Os argumentos deste ensaio pertencem à segunda vertente, pois consideram que a desigualdade de renda no Brasil possui facetas

*Claudio Salvadori Dedecca é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

diversas, as quais exigem uma estratégia complexa de políticas públicas para seu combate, bem como uma trajetória de crescimento sustentado que amplie a produtividade social e eleve a renda *per capita*. A posição defendida entende que a melhoria do bem-estar deve, e deverá, estar associada a mudanças na distribuição de renda com modificação positiva dos níveis de rendimentos de todos os estratos da população, cabendo aos níveis inferiores uma trajetória de elevação mais acelerada. Isso somente será possível com crescimento e aumento da produtividade.

A ausência de crescimento com aumento da produtividade poderá vir acompanhada de redução da desigualdade, porém, com declínio da condição média de bem-estar social da população o que, *per se*, coloca limites ao processo de distribuição de renda, pois pode, a médio e a longo prazo, traduzir-se ou na reiteração da pobreza ou em um padrão socioeconômico precário para boa parte da população.

Como adequadamente explicita a Nota Técnica *Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil*, produzida pelo Ipea (2006) e que abre este volume, aumentos dos rendimentos mais baixos, com queda dos mais elevados, acompanharam o movimento, em uma trajetória de declínio do rendimento médio. Pode-se já afirmar que a queda recente da desigualdade tem-se produzido a partir de um nível de excedente econômico estável ou com baixo incremento, que coloca restrições à continuidade do processo no médio ou no longo prazo. A estagnação do excedente econômico em face do crescimento da população, mesmo que mais lento, tenderá a produzir uma deterioração do gasto *per capita* da política social, que acabará comprometendo o papel que ela vem cumprindo para a redução da desigualdade no período recente.

Essa é a principal preocupação deste artigo que, embora reconheça a queda da desigualdade e a importância da política social para esse processo, considera que a continuidade desse movimento dependerá de uma retomada do crescimento econômico que amplie o excedente produtivo, de modo que aumente as oportunidades ocupacionais e a renda no mercado de trabalho, bem como os recursos para a sustentação da política social.

Não se advoga, aqui, a tese de que a redução da desigualdade depende exclusivamente do crescimento; acredita-se, porém, que não se deve ser ingênuo quanto à impossibilidade de se manter o processo sem que se restabeleça a trajetória de crescimento sustentado.

2. CRESCIMENTO, PRODUTIVIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

As divergências recentes sobre as relações entre crescimento e distribuição de renda decorrem, ao menos em parte, da releitura do debate sobre o tema nos anos 1970, quando a expansão acelerada da economia brasileira veio acompanhada por um aumento acentuado da desigualdade social. A releitura daquele debate, muitas vezes amparada nos argumentos do artigo clássico de Kuznetz (1955), justifica que a experiência brasileira demonstre claramente não serem sinônimos crescimento e distribuição de renda. Sem dúvida, não se pode argumentar em favor dessa identidade no presente tal como se fez durante a década de 1970. Mas alguns argumentos desse debate merecem ser recuperados para que se possa melhor discutir as mudanças presentes na distribuição de renda, assim como os seus limites.

O aumento expressivo da concentração da distribuição pessoal da renda observada nos anos 1960 teve sua justificativa ancorada no trabalho de Langoni (1973). Retomando os argumentos de Kuznets (1955), esse autor considerava que a concentração de renda decorria de um processo de desenvolvimento que gerava uma demanda acelerada por mão-de-obra de maior qualificação, cuja oferta não se encontrava disponível no mercado de trabalho. Por outro lado, esse movimento criava uma demanda de mão-de-obra de baixa qualificação menor que a oferta existente. Portanto, os retornos mais elevados para os segmentos de ocupados de maior qualificação eram naturais e, inevitavelmente, teriam de modificar, de forma negativa, a distribuição pessoal de renda. O autor considerava que a reversão do processo dependia de investimentos em educação, os quais permitissem melhorar a oferta e, portanto, elevassem a produtividade da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. Esse processo se traduziria em um maior prêmio em termos de remuneração do trabalho, assim como em mudanças positivas na distribuição pessoal de renda.

Grande controvérsia se instalou sobre a tese de Langoni (1973), e os principais ensaios que a criticavam foram publicados em coletânea organizada por Tolipan e Tinelli (1978). Diversos argumentos foram apresentados para mostrar que, em termos de distribuição pessoal da renda, o resultado poderia ter sido outro e, portanto, o País poderia ter se apropriado de modo diferente dos frutos do crescimento, bem como trilhado outra trajetória de desenvolvimento socioeconômico. Merecem destaque alguns dos argumentos apresentados, à época, para criticar a tese que justificava a concentração de renda no período.

Apesar de reconhecer que a transformação de uma economia agrícola para uma outra urbano-industrial tenderia a produzir o efeito Kuznets, movimento reiterado pelo perfil educacional desfavorável da mão-de-obra, Fishlow (1978) argumentava que o processo de concentração não poderia ser desassociado da política de estabilização (1964-1967). Para o autor, ela teve como pilar básico a contenção dos salários nominais que corroeram especialmente os salários reais dos trabalhadores de menor qualificação, alimentando, assim, a regressão da distribuição de renda nos anos 1960.

Analisando a evolução da estrutura salarial de algumas categorias, Hoffmann (1978) e Bacha (1978) apresentavam informações que reiteravam a influência dos salários de base na mudança da concentração de renda. Convergente com esses argumentos, Serra (1978) mostrava que os dados permitiam analisar parcialmente as mudanças na desigualdade, pois se resumiam, em grande medida, nos rendimentos pessoais e, portanto, não tinham a capacidade de refletir o conjunto da distribuição de renda, a qual somente poderia ser conhecida em uma abordagem de natureza funcional.

A partir da análise das informações estatísticas levantadas para apontar a inconsistência dos argumentos de Langoni (1973), Serra relacionava o aumento da desigualdade com o modelo de desenvolvimento encaminhado pelos governos militares após 1964. Como afirmavam Malan e Wells (1978, p. 261),

... basta uma leitura atenta do livro para deixar claro que Langoni é inteiramente omissa no que se refere às relações entre distribuição de renda com as diferentes formas de condução da política econômica e com o peculiar padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil... A panglossiana visão do futuro explícita na obra do autor, segundo a qual o “desequilíbrio” entre oferta e procura de mão-de-obra que teria sido o responsável pelo aumento observado de desigualdade na década é autocorregível a longo prazo pela simples expansão apropriada da oferta, constitui mais um ato de fé na operação das forças de mercado que a eventual conclusão de uma análise científica.

As conseqüências do modelo de desenvolvimento para o aumento da desigualdade foram bem sintetizadas por Tavares e Souza (1981), em ensaio que explorou as relações entre as estruturas de acumulação, de renda e de consumo, estabelecidas durante o período de crescimento acelerado do milagre econômico da década de 1970. Os autores recuperaram um conjunto de análises que evidenciavam que o rebaixamento do salário mínimo e a repressão à atuação sindical haviam permitido alterações na estrutura salarial, via mercado, as quais

premiaram os ocupados de rendimentos médio e alto, transformação coerente com o padrão de acumulação e de consumo viabilizado pela política econômica e social dos governos militares no após 1964.

Em suma, a maioria dos autores que debateram as relações entre crescimento e distribuição de renda nos anos 1970 jamais considerou a possibilidade da redução da desigualdade ocorrer em um processo natural do desenvolvimento econômico. Pode-se afirmar que essa relação natural era defendida, em grande medida, por Langoni e pelos gestores da política econômica da época, os quais procuravam justificar a exclusão de parte majoritária dos trabalhadores da distribuição do excedente que o processo de desenvolvimento produziu aceleradamente naqueles anos.

Contudo, não se pode desconsiderar que a crítica a Langoni jamais desprezava a importância do crescimento para a elevação do bem-estar da população. O problema apontado não era o crescimento, mas a distribuição de seus frutos. Influenciados pelo pensamento cepalino, os críticos da tese de Langoni reconheciam que modificações positivas na distribuição de renda e na superação da pobreza no Brasil dependiam de uma trajetória de crescimento sustentado, com aprofundamento do processo de industrialização. Balizada pelas contribuições de Celso Furtado, a crítica do crescimento da época discordava de suas características e conseqüências, jamais de sua importância, pois entendia que a distribuição de renda e o bem-estar dependiam do aumento do produto a ser repartido, o que exigia, inevitavelmente, elevações sistêmicas da produtividade média da economia, as quais se encontravam diretamente associadas ao avanço do tecido industrial e das políticas públicas de infra-estrutura e sociais.

Nesse sentido, é possível afirmar que o pensamento crítico dos anos 1970 não acreditava que fosse possível modificar o perfil desfavorável da distribuição de renda, o qual o Brasil carregou durante toda a primeira metade do século XX, em um processo de queda ou de estagnação da renda *per capita*. Influenciada por autores como Raul Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto a visão crítica associava a mudança da distribuição de renda a um processo generalizado de elevação dos níveis de renda dos diversos estratos, dos quais os inferiores deveriam obter ganhos mais elevados que os obtidos pelos estratos superiores. Relacionava crescimento com distribuição de renda por entender que somente em um contexto de elevação do produto e da produtividade se poderia relacionar aumento da renda média, redução da desigualdade e elevação do padrão médio de bem-estar.

Ao contrário daquela dos anos 1970, a atual trajetória da economia brasileira não tem criado condições básicas de elevação do produto e da produtividade tão importantes a ponto de sustentarem as políticas favoráveis à redução da desigualdade social no País. Em um primeiro momento, nos anos 1980 e em parte dos anos 1990, a inflação permitiu que a situação de estagnação da economia protegesse as rendas mais elevadas, o que causou uma deterioração importante da distribuição pessoal da renda no País.

Desde a estabilização do Plano Real esse processo concentrador de renda esterilizou-se. Contudo, a destruição ponderável de empregos formais, bem como a corrosão dos salários, ambas causadas por uma racionalização da base produtiva desassociada de políticas industrial e de desenvolvimento, provocaram alterações importantes na distribuição funcional da renda evidenciada pelo Sistema de Contas Nacionais.¹ Entre 1994 e 2002, estabeleceu-se uma tendência de claro declínio da participação do trabalho na renda nacional, com uma modificação muito desfavorável da distribuição funcional da renda em favor dos detentores de ativos, isto é, daqueles que auferem renda da propriedade de ativos de capital.

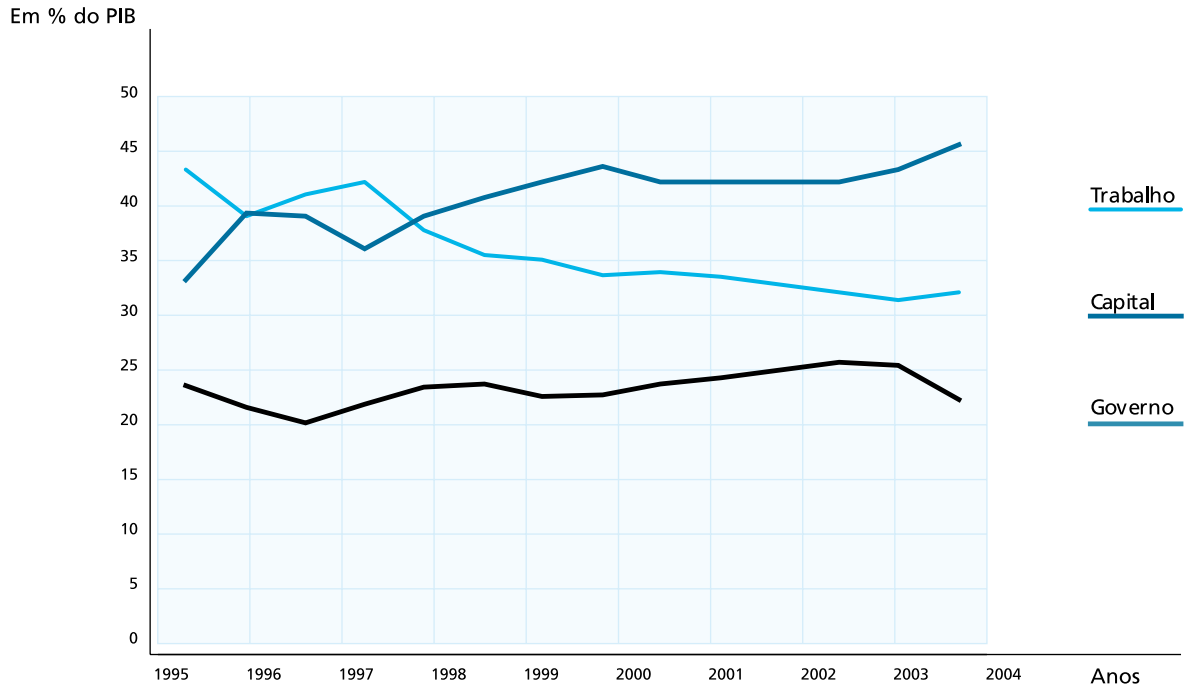
Em termos reais, a massa de renda do trabalho caiu 1,5%; a do capital cresceu 22,3%; e a do governo 2,8%, durante o período 1995-2003.² Observou-se, portanto, não somente uma mudança regressiva na distribuição funcional da renda, como também uma queda do poder de compra global daqueles cuja condição de bem-estar depende da renda auferida no mercado de trabalho.

¹ Infelizmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não disponibilizou os dados das contas nacionais para os anos posteriores a 2003, impedindo, assim, o confronto entre as mudanças na distribuição pessoal da renda, propiciada pela Pnad, e aquelas na distribuição funcional para o período mais recente.

² Estimou-se a evolução da massa real de renda tomando-se por base os dados nominais, ponderados pelo deflator implícito do PIB, divulgados pelo Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

GRÁFICO 1

Evolução da distribuição funcional da renda – 1995-2004



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN), IBGE.

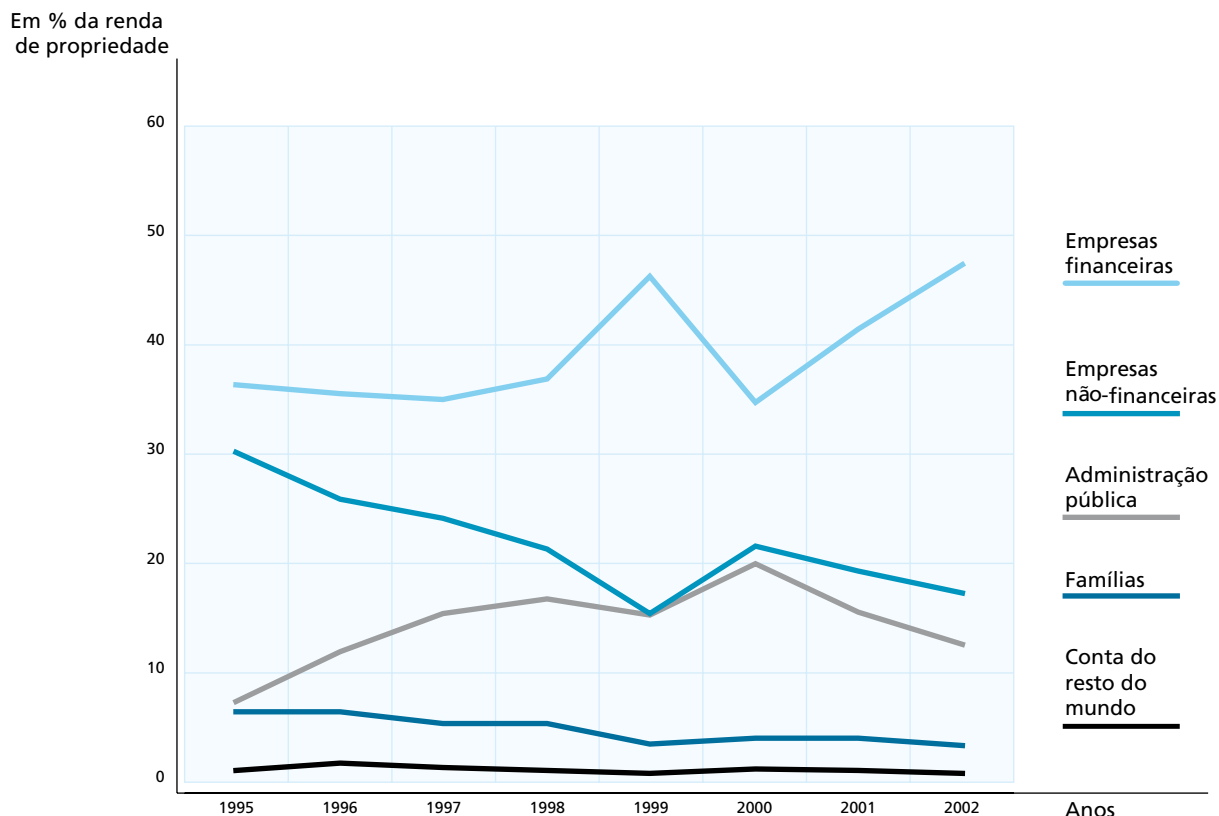
Elaboração do autor.

Contudo, as implicações na mudança da distribuição funcional tiveram consequências ainda mais extensas, ao serem marcadas por uma modificação na apropriação da renda de propriedade em favor das empresas financeiras e em detrimento das empresas não financeiras, das famílias e do governo.

As contas nacionais mostram, ao menos até 2003, que o padrão atual de acumulação da economia brasileira está assentado em transferências importantes de renda em favor das formas financeiras de apropriação da riqueza, processo que desvalorizou tanto as rendas disponíveis do trabalho e do setor produtivo quanto as do governo. É muito difícil divergir de que a tendência de financeirização da riqueza é um freio ao processo de crescimento.

GRÁFICO 2

Apropriação primária da renda de propriedade – 1995-2002



Fonte: SCN, IBGE.
Elaboração do autor.

O resultado da ausência de crescimento tem se traduzido em um desempenho medíocre da produtividade média da economia brasileira. O processo de racionalização econômica atingiu, com certeza, parte da base produtiva nacional, elevando, com isso, os níveis de produtividade de certos segmentos econômicos, que devem estar influenciando positivamente o surpreendente desempenho externo observado nos últimos anos. Contudo, os dados não revelam que, em termos médios, o País tenha conhecido uma elevação da produtividade no conjunto de sua estrutura produtiva. Tomando-se o Produto Interno Bruto por pessoa ocupada como *proxy* da produtividade média da economia brasileira, constata-se que o excedente criado atualmente por ocupado é inferior ao observado em 1980. Ademais, a comparação da produtividade média

brasileira com a de outros países em desenvolvimento permite observar que a situação desfavorável do Brasil somente é suplantada por aquelas do México e da Argentina.

O País vem convivendo, portanto, com uma clara restrição quanto ao excedente gerado por pessoa ocupada, o que indica, *per se*, a existência de pressões negativas sobre a distribuição de renda e do bem-estar da população brasileira. É razoável que em um contexto de economia aberta, caracterizada por uma maior liberdade à mobilidade de capitais, registre-se uma regressão da distribuição funcional da renda, como ocorrido até 2002.

Conseqüentemente, a pergunta que se apresenta é sobre as tendências das distribuições funcional e pessoal durante o período de recuperação, mesmo que limitada, da economia, isto é, entre 2003 e 2005.

TABELA 1
Índice do Produto Interno Bruto por pessoa ocupada
países selecionados – 1950-2003

	Argentina	Brasil	Chile	México	China	Coréia	Índia	África do Sul
1950	58,3	29,2		37,5			51,2	50,8
1960	69,4	44,6	77,7	55,6	62,4	39,5	63,4	63,9
1970	87,8	65,7	101,3	77,9	71,0	64,7	85,3	86,1
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1990	76,1	89,2	96,1	83,6	207,4	189,9	144,5	96,2
2000	97,5	89,5	143,9	88,0	490,1	277,6	195,0	96,1
2001	90,9	88,4	145,5	85,9	523,9	284,2	200,0	98,6
2002	80,4	86,3	145,7	84,4	566,1	299,7	208,0	100,9
2003	84,6	89,5	148,7	83,6	607,0	306,2	217,4	102,9

Fonte: Penn World Tables, Center for Internacional Comparison, University of Pennsylvania.
Elaboração do autor.

Neste momento, a análise das duas distribuições para o período mencionado não pode ser realizada em razão da não divulgação das contas nacionais depois de 2003. Portanto, o enfoque sobre a evolução da distribuição de renda nesses últimos anos se restringe à sua dimensão pessoal, permitida pelas informações fornecidas pela Pnad. Dentro desse limite é que se estabelece todo o conjunto de análise sobre a redução da desigualdade, o qual foi objeto de reflexão acurada em Ipea (2006).

3 OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE AS INFORMAÇÕES DE RENDA NA PNAD

A Pnad tem mostrado elevada qualidade metodológica, que lhe tem conferido crescente respeito nacional e internacional entre os usuários de suas informações. Desde 1992, um novo desenho metodológico vem sendo mantido na Pnad, o qual permitiu uma ampliação importante do potencial de análise sobre a configuração socioeconômica da população brasileira.

Como todo e qualquer levantamento socioeconômico, a Pnad possui potenciais a serem explorados pelos usuários, mas também limites quanto ao uso e à análise de suas informações. No que se refere ao quesito renda, a pesquisa capta, em grande medida, as rendas do trabalho e dos benefícios da política social, mas possui baixa capacidade de levantamento de informações relativas às rendas provenientes da propriedade de ativos de capital.³ Tal restrição é comum aos levantamentos domiciliares em todo o mundo. Em muitos países, a renda proveniente da propriedade de ativos de capital é obtida diretamente do imposto de renda das pessoas física e jurídica. Infelizmente, a Receita Federal não disponibiliza essa base de dados para estudo da renda de propriedade, o que faz com que os usuários de informação se limitem aos dados de renda do trabalho e dos benefícios das políticas sociais.

Em 2005, a Pnad informou uma massa total de renda oriunda de todas as fontes de R\$ 79,8 bilhões/mês. Desse total, 75,5% eram rendas monetárias provenientes do trabalho principal ou secundário, e 18,1% rendas de aposentadoria ou de pensão, pagas por instituto de previdência ou pelo governo federal. Portanto, a Pnad revelava que 93,6% da renda declarada pelos entrevistados, em 2005, provinha dessas duas únicas fontes.

No caso das rendas oriundas da propriedade de ativos (aluguéis, juros, dividendos e aplicações), a Pnad informava que representavam 3,6% da massa total de renda. É preciso ressaltar, entretanto, que os rendimentos auferidos pelo Programa Bolsa Família e correlatos são declarados com renda classificada como juros e outras aplicações. Confirma-se, portanto, o argumento anteriormente apresentado sobre os limites dos dados de renda encontrados na Pnad, que devem ser considerados como normais em um levantamento do tipo domiciliar. Assim, ficam também explícitos os limites da análise da distribuição de renda a partir dessa fonte de dados, que deve, então, se restringir à dimensão pessoal e às fontes de renda oriundas do trabalho e dos benefícios previdenciários.

³ Sobre essa questão, ver Piketty (2001) e Levy Economics Institute of Bard College Institute (2004).

TABELA 2

Massa mensal total de rendimentos individuais segundo tipo de rendimento¹ – 2005

Tipos de rendimento segundo fontes	R\$	Em %
Rendimento monetário do trabalho principal	57.993.940.651	72,7
Rendimento monetário do trabalho secundário	2.250.630.368	2,8
Rendimento monetários do(s) outro(s) trabalho(s)	282.802.000	0,4
Rendimento em valor dos produtos ou mercadorias do trabalho principal	83.808.855	0,1
Rendimento em valor dos produtos ou mercadorias do trabalho secundário	9.418.962	0,0
Rendimento em valor dos produtos ou mercadorias do(s) outro(s) trabalho(s)	203.430	0,0
Rendimento monetário de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal	11.024.732.267	13,8
Rendimento monetário de pensão de instituto de previdência ou do governo federal	3.441.629.478	4,3
Rendimento monetário de outro tipo de aposentadoria	428.290.812	0,5
Rendimento monetário de outro tipo de pensão	847.781.587	1,1
Rendimento monetário de aluguel	1.440.014.417	1,8
Doação monetária recebida de não doador	574.768.102	0,7
Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos	1.409.892.369	1,8
Rendimentos normalmente de todas as fontes	79.787.913.298	100,0

Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.

Elaboração do autor.

Nota:¹ Rendimentos normalmente recebidos no mês de referência do levantamento.

Quanto aos limites das informações sobre renda propiciadas pela Pnad, outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito a valores superiores encontrados. Em 2005, o rendimento de todas as fontes do 99º percentil correspondia a R\$ 6.200,00. Apesar de esse valor ser significativamente diferente daqueles encontrados seja para o 25º percentil, seja para a média e a mediana, não parece justo considerá-lo como uma renda que possa caracterizar como ricos aqueles que o auferem.

Mesmo reconhecendo a dificuldade de se precisar o quanto as rendas mais elevadas se encontram subestimadas na pesquisa, é inegável que os valores médios observados para os altos rendimentos podem caracterizar, no máximo, uma situação de renda de estratificação social equivalente à de classe média. Os dados de renda pouco informam a situação dos ricos brasileiros. Como indicado anteriormente, uma análise da distribuição de renda desse segmento social necessitaria lançar mão de outras fontes de dados, como aquela do imposto de renda (Piketty, 2001).

É possível argumentar, portanto, que a análise da distribuição pessoal da renda no Brasil se circunscreve à dimensão mais geral do

mercado de trabalho brasileiro e da política de previdência social. Evidencia-se, desse modo, os limites da análise da distribuição pessoal de renda, bem como sobre a evolução da desigualdade social que ela carrega.

TABELA 3
Rendimentos individuais segundo tipo de rendimento¹ – 2005

Tipos de rendimento segundo fontes	R\$			
	Mediana	Média	25º percentil	99º percentil
Rendimento monetário do trabalho principal	450	767	300	6.000
Rendimento monetário do trabalho secundário	300	621	140	5.000
Rendimento monetários do(s) outro(s) trabalho(s)	500	904	150	6.500
Rendimento em valor dos produtos ou mercadorias do trabalho principal	120	273	60	3.000
Rendimento em valor dos produtos ou mercadorias do trabalho secundário	125	210	80	1.500
Rendimento em valor dos produtos ou mercadorias do(s) outro(s) trabalho(s)	120	89	60	150
Rendimento monetário de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal	300	697	300	5.000
Rendimento monetário de pensão de instituto de previdência ou do governo federal	300	549	300	3.500
Rendimento monetário de outro tipo de aposentadoria	900	1.769	300	11.000
Rendimento monetário de outro tipo de pensão	200	351	100	3.000
Rendimento monetário de aluguel	300	616	180	5.000
Doação monetária recebida de não doador	150	293	80	2.400
Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos	65	149	30	1.250
Rendimento total de todas as fontes	420	798	300	6.200

Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.
Elaboração do autor.
Nota:¹ Rendimentos normalmente recebidos no mês de referência do levantamento.

4 A QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE DA
DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA NO BRASIL

A análise anteriormente desenvolvida permite explicitar a dimensão da análise que se estabelece sobre a queda recente da desigualdade econômica na sociedade brasileira. Como já apontado, é inegável o sentido positivo desse movimento, mesmo que se considerem suas limitações. Nesse sentido, é totalmente justificada a valorização dada ao processo por Ipea (2006). Embora o movimento apresente limitações, é inquestionável a importância da sua ocorrência.

Há evidências de que as políticas públicas associadas à recuperação econômica estão na raiz do movimento de queda da desigualdade. Existem sinais de que um modelo socioeconômico que viabilize o crescimento com aumento da produtividade e dinamização do mercado de trabalho, e traga consigo o fortalecimento das políticas públicas fundamentais para a distribuição de renda poderá consolidar e dar velocidade a esse processo de redução da desigualdade no Brasil. Analisemos um pouco as características do movimento recente.

4.1 A redução da desigualdade e os níveis de rendimentos individuais

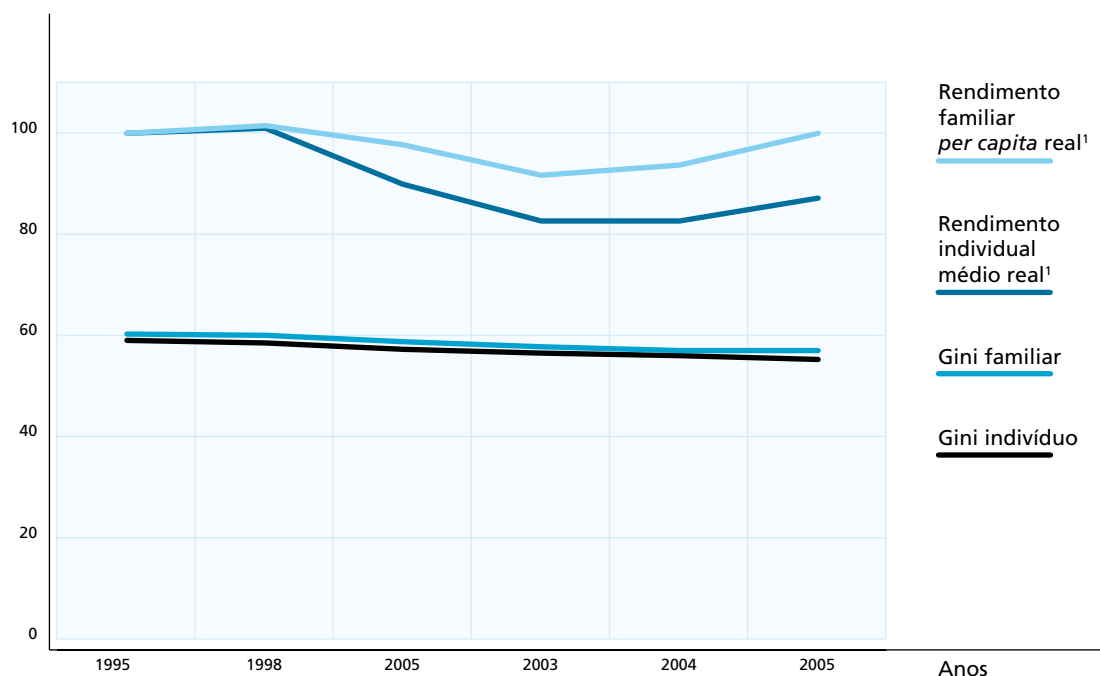
Como já apontado neste estudo, tem-se observado uma queda da desigualdade ao mesmo tempo em que se estabelece uma deterioração dos níveis de rendimentos da população brasileira.

Analisando-se a evolução dos rendimentos durante o período de maior estabilidade dos preços observa-se que somente no último ano houve uma recuperação da renda média individual. Mesmo assim, o rendimento médio individual era, em 2005, 12% inferior ao verificado em 1998. Quanto ao rendimento familiar *per capita*, observa-se que, após alguns anos de deterioração ele teve uma recomposição de seu valor real nos últimos anos, situando-se em um patamar semelhante ao de 1995. Isto é, não se verifica uma elevação do padrão médio de renda na sociedade brasileira nesses últimos dez anos, situação essa que determina o fato de o aumento do rendimento de alguns ser necessariamente conseguido com a redução do de outros.

Está se sugerindo, aqui, a existência de um reordenamento da distribuição de rendimentos do trabalho e dos benefícios previdenciários que têm favorecido a população dos estratos inferiores; reordenamento esse que penaliza, porém, a distribuição dos estratos superiores, os quais, como mostrado anteriormente, auferem rendimentos que não podem ser considerados exorbitantes.

GRÁFICO 3

Índices de desigualdade e de rendimento médio de todas as fontes de renda – 1995-2005



Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.

Elaboração do autor.

Nota:¹ Rendimento médio deflacionado pelo INPC do período.

A análise da evolução dos níveis de rendimentos, segundo estratos da distribuição, comprova claramente a tese a ser imediatamente defendida. A série mostra a tendência de elevação dos rendimentos dos decis inferiores nos últimos anos, bem como um comportamento positivo dos rendimentos dos decis intermediários e elevados apenas no período de 2003 a 2005. Contudo, pode-se afirmar que somente de 2004 a 2005 se verifica uma recuperação generalizada dos diversos níveis de rendimentos, com elevação do padrão médio do poder de compra do conjunto da população brasileira.

Mesmo assim, observa-se que, em dez anos de estabilidade econômica, os únicos decis que não tiveram perda de renda foram aqueles com rendimento próximo ao salário mínimo. Em termos médios, a queda acumulada do rendimento foi de 13%, sendo de 33% para o primeiro decil.

TABELA 4
Evolução do rendimento real de todas as fontes¹ – 1995-2005

	1º decil	2º - 3º decis	4º decil	5º decil	6º decil	7ºdecil	8º decil	9º decil	10ºdecil	Total
1995	109,2	222,7	313,5	411,1	522,5	681,4	964,5	1533,2	4581,8	948,3
1998	110,8	218,3	300,1	411,0	505,5	661,4	923,5	1455,6	4300,8	903,3
2002	78,5	250,0	316,2	389,6	500,3	633,1	888,1	1401,5	4017,5	853,5
2003	59,5	244,0	299,8	361,2	459,9	604,2	829,9	1290,5	3881,6	782,5
2004	62,8	245,9	314,2	377,2	483,2	605,2	816,8	1276,4	3661,8	784,3
2005	73,2	276,0	329,3	392,3	492,7	636,5	896,3	1346,5	3769,0	825,2
Variações percentuais										
1995-1998	1,5	-2,0	-4,3	0,0	-3,3	-2,9	-4,3	-5,1	-6,1	-4,7
1998-2002	-29,2	14,5	5,4	-5,2	-1,0	-4,3	-3,8	-3,7	-6,6	-5,5
1995-2005	-33,0	23,9	5,1	-4,6	-5,7	-6,6	-7,1	-12,2	-17,7	-13,0
2002-2005	-6,7	10,4	4,1	0,7	-1,5	0,5	0,9	-3,9	-6,2	-3,3
2003-2005	23,1	13,1	9,8	8,6	7,1	5,3	8,0	4,3	-2,9	5,5
2004-2005	16,5	12,2	4,8	4,0	2,0	5,2	9,7	5,5	2,9	5,2

Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.

Elaboração do autor.

Nota:¹ Valores a preços de agosto de 2005. Deflator utilizado: INPC.

A situação observada em 2004-2005 parece expressar uma reversão dessa tendência, a qual necessita, porém, de ser confirmada nos próximos anos. Além disso, é inegável que o comportamento dos rendimentos no último período ocorreu em um contexto de recuperação econômica, do mercado de trabalho, de políticas ativas de valorização do salário mínimo, bem como dos programas sociais de previdência e transferência de renda.

Ainda assim, as mudanças na distribuição de renda parecem não ter sido explicadas pela renda dos mais pobres. A parcela de renda apropriada pelo 1º decil não somente se manteve baixa como sofreu um leve declínio. Justamente os decis com rendimentos afetados pela política de valorização do salário mínimo e pela melhoria do mercado de trabalho é que tiveram um incremento de participação na distribuição da massa de rendimentos. Apesar disso, em 2005, os 50% mais pobres auferiam 15,9% da massa total de rendimentos de todas as fontes, contra uma participação de 14,1%, em 1995.

TABELA 5
Distribuição da massa de rendimentos de todas as fontes –
1995-2005

	1º decil	2º -3º decis	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9ºdecil	10º decil
1995	1,2	6,1	9,3	14,1	18,4	25,6	35,8	51,9	100,0
2002	1,0	8,1	10,5	14,4	21,7	27,4	39,8	52,9	100,0
2005	0,9	10,2	11,0	15,9	21,7	31,0	42,1	54,9	100,0

Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.
Elaboração do autor.
Nota:¹ Valores a preços de agosto de 2005. Deflator utilizado: INPC.

4.2 A redução da desigualdade e os níveis de rendimentos familiares

Anteriormente, fez-se menção à recuperação do rendimento médio familiar *per capita* nos últimos anos, em um contexto de queda da desigualdade. Em 2005, o rendimento médio familiar *per capita*, em termos reais, era semelhante àquele de 1995. Cabe ressaltar que, entre 1995 e 2003, sua trajetória foi declinante, e só recuperou valor real entre 2003 e 2005, o que correspondeu a uma elevação acumulada de 9,3%.

TABELA 6
Evolução do rendimento real familiar *per capita*¹ – 1995-2005

1º decil	2º decil	3º decil	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9º decil	10ºdecil	Total
38	76	113	154	203	259	343	478	752	2.186	460
40	77	116	160	212	267	353	490	765	2.219	468
40	80	120	158	205	267	351	483	730	2.111	452
37	77	112	151	202	264	331	449	693	1.970	423
41	84	123	162	209	270	344	467	704	1.956	435
45	91	136	177	227	293	365	494	743	2.099	463
Variações percentuais										
3,9	1,7	2,6	3,3	4,6	3,2	3,2	2,6	1,7	1,5	1,9
1,4	3,7	3,2	(-1,1)	(-3,1)	(-0,2)	(-0,8)	(-1,5)	(-4,5)	(-4,9)	(-3,5)
19,5	20,1	20,2	14,8	12,2	13,1	6,6	3,4	(1,2)	(-4,0)	0,7
13,4	13,9	13,5	12,4	10,8	9,8	4,1	2,3	1,7	(-0,6)	2,5
22,1	18,4	20,8	17,1	12,4	11,1	10,1	9,9	7,2	6,5	9,3
9,7	9,0	10,4	9,4	8,6	8,3	6,1	5,7	5,4	7,3	6,4

Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.
Elaboração do autor.
Nota:¹ Valores a preços de agosto de 2005. Deflator utilizado: INPC.

É interessante observar, ademais, que a queda de renda familiar *per capita* se concentrou principalmente para os últimos estratos da distribuição, isto é, para as famílias com renda *per capita* superior a R\$ 740,00. Por outro lado, nota-se que os ganhos para as famílias mais pobres se concentraram, em grande medida, no período 2003-2005, e tal movimento atingiu os quatro primeiros decis da distribuição – ou melhor, a recuperação de renda não ficou concentrada no decil de renda mais baixa, mas se difundiu para os decis com renda inferior à mediana.

Essa constatação permite argumentar que a recuperação de renda familiar não se restringiu às famílias em condições de pobreza ou mais próximas a ela, o que permite considerar que a queda recente da desigualdade não deve ter estado relacionada a um determinante, mas a um conjunto mais amplo. Em outras palavras: pode-se afirmar que a evolução recente da renda familiar *per capita* dos estratos inferiores não pode ser exclusivamente associada ao Programa Bolsa Família; deve ser relacionada também aos efeitos do crescimento com recuperação do mercado de trabalho, assim como aos efeitos da política de valorização do salário mínimo. Essa questão será retomada a seguir.

TABELA 7

Distribuição da massa de rendimento familiar *per capita* – 1995-2005

	1º decil	2º decil	3º decil	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9º decil	10º decil
1995	1,8	3,5	6,0	9,3	13,5	19,0	26,3	36,7	52,9	100,0
1998	1,5	3,1	5,7	9,3	13,8	18,9	26,5	36,7	52,9	100,0
2002	1,2	3,0	6,0	8,7	13,8	19,4	28,1	37,5	53,5	100,0
2003	1,0	2,9	5,4	9,2	14,5	20,3	27,4	38,0	54,8	100,0
2004	1,0	2,9	6,0	9,4	14,4	20,6	28,4	38,9	55,2	100,0
2005	1,0	3,0	6,5	9,5	14,9	20,6	28,5	39,2	55,4	100,0

Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.
Elaboração do autor.

O aspecto a ser ressaltado quanto à evolução da renda familiar *per capita* se refere às mudanças da distribuição da massa de rendimento ao longo do período de 1995 a 2005. Ao contrário do que seria de se esperar, os estratos inferiores não aumentaram sua participação. As alterações na distribuição da massa de rendimentos ocorreram nos

estratos intermediários. Mesmo assim não se pode dizer que houve uma alteração estrutural da distribuição da massa de rendimentos, a qual pudesse caracterizar ou apontar a emergência de um novo perfil de renda familiar para os próximos anos.

Assim, é possível afirmar que, apesar da inegável importância da queda da desigualdade, os avanços são ainda muito limitados, e podem ser facilmente revertidos em razão do seu baixo impacto sobre o perfil estrutural da distribuição de renda familiar.

4.3 A distribuição de renda familiar e o Programa Bolsa Família

A análise da queda recente da desigualdade tem dado enfoque privilegiado às contribuições do Programa Bolsa Família para o processo. Dada a magnitude do programa, seja em termos de recursos, seja em virtude da população alcançada, isto é, em razão de seus objetivos, é fundamental que se avalie e se acompanhe sua contribuição para a evolução da distribuição pessoal da renda. De maneira precisa, a nota técnica publicada pelo Ipea (Ipea, 2006) atenta para essa questão.

Infelizmente, as informações sobre a renda do Programa Bolsa Família na Pnad são muito limitadas. Em 2004, um suplemento especial levantou informações sobre o acesso aos programas sociais de transferência de renda, entre eles o Programa Bolsa Família (PBF).

Contudo, o dado relativo à renda familiar auferida no programa tinha, e continua tendo, de ser recuperada de modo indireto a partir do quesito correspondente à renda proveniente de juros recebidos de caderneta de poupança e de outras aplicações, de dividendos e de outros rendimentos, considerando-se as famílias com renda igual ou equivalente a múltiplos dos valores pagos pelo programa. Em face das imprecisões inerentes a esse procedimento, neste capítulo se analisarão somente as diferenças entre distribuições da renda familiar *per capita* segundo acesso ao PBF.

A reflexão sobre essas distribuições mostra que o PBF tem atingido, concentradamente, as famílias de baixa renda.⁴ Em 2004, 80% dos chefes das famílias beneficiadas encontravam-se ocupados, observando-se, portanto, que o problema de renda estava associado à precariedade da situação de inserção no mercado de trabalho. A contribuição do PBF para a mudança na distribuição de renda familiar *per capita* variava, segundo a Pnad 2004, de 1% a 2% quanto à participação da massa de rendimento dos decis inferiores.

⁴ Ver, também, Barros et al. (2006).

TABELA 8
Rendimento médio familiar *per capita* segundo decis e acesso
ao Programa Bolsa Família – 2004

Famílias com Bolsa Família (R\$)	Total (R\$)	Famílias com Bolsa Família	Famílias sem Bolsa Família (R\$)	Total (%)	Famílias com Bolsa Família (%)	Famílias sem Bolsa Família (%)	Contribuição da renda das famílias com Bolsa Família para a distribuição de rendimento <i>per capita</i> segundo decis (em pontos percentuais)
1 decil	38	37,6	38,3	1,0	10,5	0,5	0,5
2 decil	77	76,8	77,5	2,9	28,9	1,5	0,9
3 decil	114	110,7	114,9	6,1	48,8	3,7	1,0
4 decil	149	148,0	149,4	9,3	63,7	5,9	1,0
5 decil	191	189,5	191,5	14,2	76,4	9,6	1,2
6 decil	250	242,6	249,8	20,3	85,7	15,5	(2) ¹
7 decil	314	303,3	314,3	28,1	92,4	22,5	(2) ¹
8 decil	430	420,6	429,6	38,9	95,8	32,5	(2) ¹
9 decil	645	585,8	645,2	55,0	98,4	48,4	(2) ¹
10 decil	1.937,0	1.310,0	1.938,0	100,0	100,0	100,0	(2) ¹

Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.

Elaboração do autor.

Nota:¹ (2) Valores não representativos.

Obs.: Os decis das três distribuições referem-se aos valores encontrados para a distribuição total.

Analisando o papel dos programas de transferências de renda, Jaccoud (2006, p. 10) argumenta que naquilo

... que diz respeito a um conjunto mais abrangente de políticas e programas em benefício da população pobre potencialmente ativa, a necessidade de que o combate à pobreza e indigência seja efetuado também no interior do mercado de trabalho reclama o fortalecimento das ações que visam a geração de renda e a inclusão produtiva. Neste sentido, além do aperfeiçoamento da estratégia das ações de fomento de trabalho e renda podem ser lembrados, entre outros, a necessidade de instituição de uma política nacional de valorização do salário mínimo; de fortalecimento do Plano de Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; do fortalecimento de cadeias produtivas de alto impacto na promoção de ocupação e renda; e da necessidade de implementação de uma nova política nacional de desenvolvimento regional e local.

A análise da autora explicita o papel relevante dos programas de transferências de renda para reduzir a pobreza e a indigência, mas ressalta que o acesso a eles está relacionado, para parcela ponderável dos beneficiados, à baixa renda ou à ausência de renda auferida no

mercado de trabalho, isto é, na atividade produtiva. Portanto, avanços em termos de resultados das políticas de combate à pobreza, e, pode-se dizer, à desigualdade, dependem do crescimento e da conseqüente melhoria do mercado de trabalho, bem como de outras políticas públicas.

Se, do ponto de vista da distribuição pessoal da renda familiar *per capita*, o PBF parece ter uma contribuição limitada, é inegável, no entanto, o seu papel relativo à geração de renda para as famílias pobres. O baixo impacto do programa sobre a distribuição decorre do perfil profundamente desigual dela.

É necessário salientar, contudo, que o PBF tende a ter impacto pontual em uma perspectiva temporal. Coberta toda a população-alvo do programa, seu efeito sobre a distribuição de renda tende a ser nulo, pois é provável que o valor do benefício passe a acompanhar as variações dos preços, ou seja, que ele tenha seu valor nominal atualizado anualmente com o objetivo de preservar seu poder de compra. Para que o programa possa contribuir para modificar, permanentemente, a distribuição pessoal da renda, seria necessário que seu valor fosse ajustado, anualmente, acima da inflação, ou melhor, que a ele fossem incorporados ganhos reais substantivos de poder de compra do benefício.

Com certeza, essa possibilidade não se encontra inscrita no campo de possibilidades do programa por dois motivos que seriam argüídos pelas posições políticas mais ortodoxas. Em primeiro lugar, porque isso exigiria uma elevação do gasto social com a política que, provavelmente, seria incompatível com a situação corrente das finanças públicas. Em segundo lugar, porque poderia gerar um conflito entre a renda do programa e aquela prevalecente na base do mercado de trabalho, levando, assim, ao desestímulo à inserção produtiva.

Portanto, o PBF tende a ser, principalmente, um programa de atendimento de renda para as famílias pobres, mas com pouco potencial para alterar, estruturalmente, a distribuição pessoal da renda familiar no Brasil. Mesmo que tenha contribuído para atenuar a pobreza e reduzir um pouco a desigualdade nesses últimos anos, é provável que, nos próximos, ele venha a cumprir sua função somente em relação ao primeiro problema.

4.4 A distribuição de renda individual e o salário mínimo

Uma possível razão da queda da desigualdade deve ter sido a influência da valorização do salário mínimo no período recente. A avaliação dessa influência não é fácil, pois a elevação do salário mínimo real tende a irradiar-se para as remunerações que lhe são

próximas, seja via mercado de trabalho, ou reajustes dos benefícios previdenciários, seja pela fixação dos pisos salariais estabelecida pela negociação coletiva.

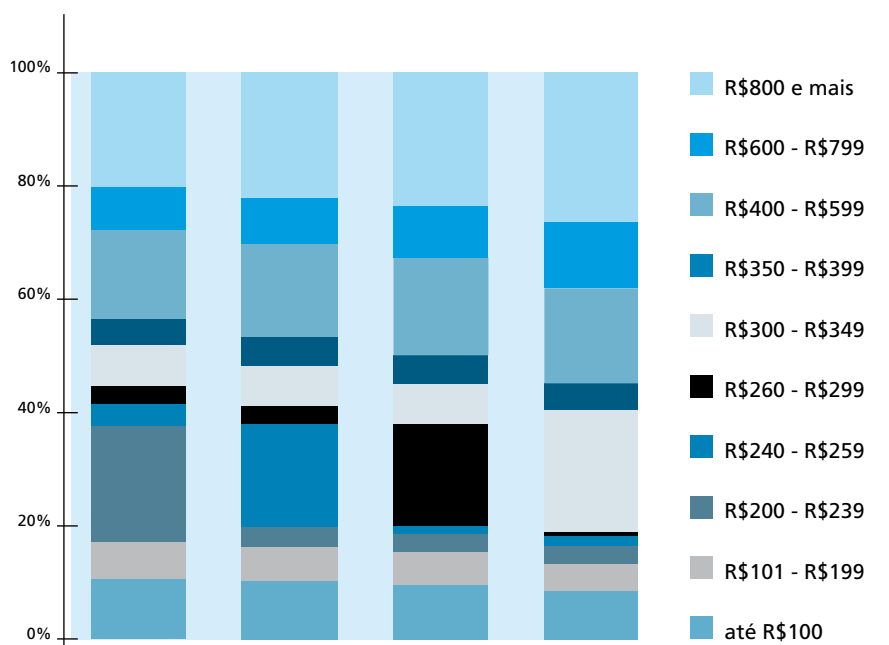
Este capítulo não tem a preocupação de confrontar o impacto da valorização do salário mínimo sobre a distribuição de renda a outros criados pelas demais políticas sociais, como o PBF. O intuito desta análise volta-se somente para a obtenção de indicações sobre a possível influência do salário mínimo sobre a distribuição de renda.

Para isso, dois procedimentos serão adotados. O primeiro deles diz respeito à mudança da distribuição dos ocupados segundo classes de salário mínimo nominal e o outro refere-se à relação entre os rendimentos médios reais decílicos e o valor real do salário mínimo de setembro de 2005.

Quanto ao primeiro critério, nota-se que as mudanças de valor nominal do salário mínimo trazem consigo uma proporção estável de ocupados recebendo abaixo de seu valor, assim como uma ampliação significativa daqueles que ganham pouco acima de seu valor.

GRÁFICO 4

Distribuição da população ocupada com rendimento diferente de zero segundo classes de renda – 2002-2005



Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.
Elaboração do autor.

Se, de um lado, encontra-se uma parcela de ocupados cujo rendimento parece não ser afetado pela valorização do salário mínimo, que se mantém estável e próxima a 20%, observa-se, por outro, uma ampliação daquela parcela que auferia rendimentos superiores próximos a ele.

Entre 2002 e 2005, a parcela de ocupados ganhando menos de R\$ 300,00 caiu, aproximadamente, de 45% para 19%, movimento esse que não pode ser associado à variação dos preços ocorrida no período. Se retomarmos os dados da tabela 4, perceberemos que os 2º, 3º e 4º decis tiveram elevações também significativas de seus rendimentos médios, os quais orbitam ao redor dos valores do salário mínimo vigentes.

Esses dados sugerem que a política de valorização do salário mínimo tem implicação direta na evolução dos rendimentos desses decis, em especial se considerada sua influência sobre os rendimentos do trabalho, e desses sobre os rendimentos oriundos de todas as fontes (Soares, 2006).

A influência da valorização do salário mínimo para a distribuição pessoal da renda também pode ser avaliada por meio da evolução dos rendimentos médios reais decílicos e do salário mínimo de setembro de 2005. É possível perceber uma elevação dos rendimentos médios reais dos 2º e 4º decis, no período 2002-2005, que os aproxima da remuneração legal, mas o mesmo não ocorre com os decis superiores que, com o aumento do piso, cairiam relativamente. Como se está trabalhando com rendimentos reais e um salário mínimo fixo, a aproximação dos valores sugere a influência da política pública sobre os rendimentos do mercado de trabalho.

Não está se descartando aqui a contribuição dos rendimentos do PBF para a redução da desigualdade. Ao contrário, e como visto anteriormente, o programa deve ser considerado como uma importante contribuição que não anula aquela decorrente da valorização do salário, mas com ela se harmoniza.

É preciso considerar, ainda, que parte ponderável das oportunidades ocupacionais criadas no período recente tem por base a remuneração próxima ao salário mínimo (Dedecca; Rosandiski, 2006), de tal modo que seria importante considerar as implicações atreladas ao aumento da ocupação e do mínimo para a redução da desigualdade.

TABELA 9

Evolução do rendimento real de todas as fontes em múltiplos de salário mínimo de setembro de 2005¹

	1º decil	2º -3º decis	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9º decil	10º decil	Total
1995	0,36	0,74	1,04	1,37	1,74	2,27	3,21	5,11	15,27	3,16
1998	0,37	0,73	1,00	1,37	1,68	2,20	3,08	4,85	14,34	3,01
2002	0,26	0,83	1,05	1,30	1,67	2,11	2,96	4,67	13,39	2,84
2003	0,20	0,81	1,00	1,20	1,53	2,01	2,77	4,30	12,94	2,61
2004	0,21	0,82	1,05	1,26	1,61	2,02	2,72	4,25	12,21	2,61
2005	0,24	0,92	1,10	1,31	1,64	2,12	2,99	4,49	12,56	2,75

Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.

Elaboração do autor.

Nota:¹ Salário mínimo de setembro de 2005 igual a R\$ 300,00. Valores a preços de agosto de 2005.

Deflator utilizado: INPC.

Em suma: há indicações de que a queda recente da desigualdade foi também determinada pela política de valorização do salário mínimo, as quais contrariam, inclusive, argumentos sobre um possível risco de ela alimentar um aumento da proporção de ocupados recebendo menos que o piso legal, ou uma elevação da informalidade no mercado de trabalho.

Cabe apontar, também, que a manutenção da política de valorização do salário mínimo tende a ter efeitos cumulativos sobre os níveis de renda, o que lhe confere, portanto, a capacidade de contribuir sistematicamente para uma política de combate à desigualdade.⁵

4.5 Os rendimentos de aposentadoria e pensão, e a distribuição de renda

O último tema a ser tratado aqui diz respeito à influência das aposentadorias e pensões para o perfil da distribuição de renda.

Ao contrário do observado na análise quanto à influência do PBF, por ausência da informação sobre o valor do benefício recebido, e da política de valorização do salário mínimo, em razão do efeito farol, existem informações adequadas e disponíveis na Pnad quanto ao rendimento recebido nas formas de aposentadoria e pensão.

Analisando-se as distribuições acumuladas das massas de rendimento de todas as fontes, de rendimento de todas as fontes menos

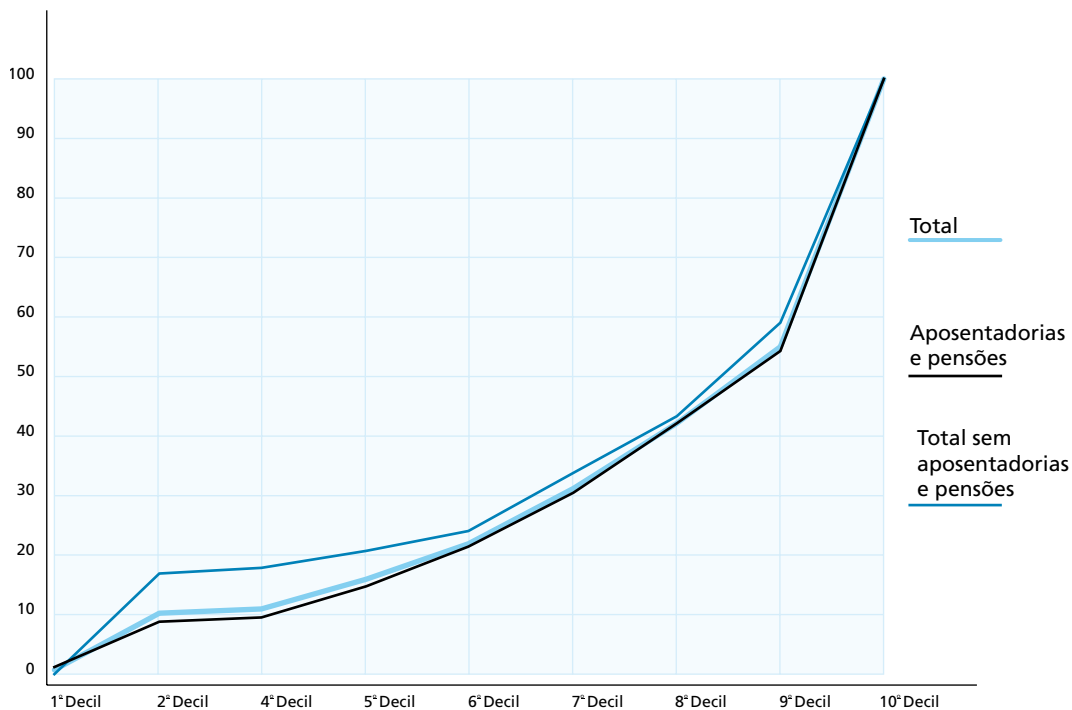
⁵ O tema salário mínimo, mercado de trabalho e distribuição de renda tem sido objeto de diversos estudos, e há grande densidade analítica quanto ao papel do piso legal para a redução das desigualdades. Ver Card e Krueger (1995), e Low Pay Commission National Minimum Wage (2006).

de aposentadorias e pensões, bem como de rendimento de aposentadorias e pensões, nota-se que essa última apresenta a situação mais favorável relativamente.⁶

O perfil mais favorável da distribuição da população com rendimento de aposentadorias e pensões se deve à sua elevada concentração ao redor do salário mínimo, e também ao fato de esse tipo de rendimento consistir na única fonte de renda de uma parcela ponderável. Em 2004, 5,7 milhões de famílias (cerca de 12 milhões de pessoas) dependiam exclusivamente do rendimento de aposentaria ou pensão. Ademais, a importância dos rendimentos de aposentadorias e pensões para a distribuição de renda individual e familiar era mais relevante nas regiões de menor grau de desenvolvimento, especialmente na Região Nordeste (Dedecca; Ballini; Maia, 2006).

GRÁFICO 5

Distribuições acumulada da massa de rendimentos de todas as fontes, de rendimentos de todas as fontes menos de aposentadorias e pensões, e de rendimentos de aposentadorias e pensões – 2005



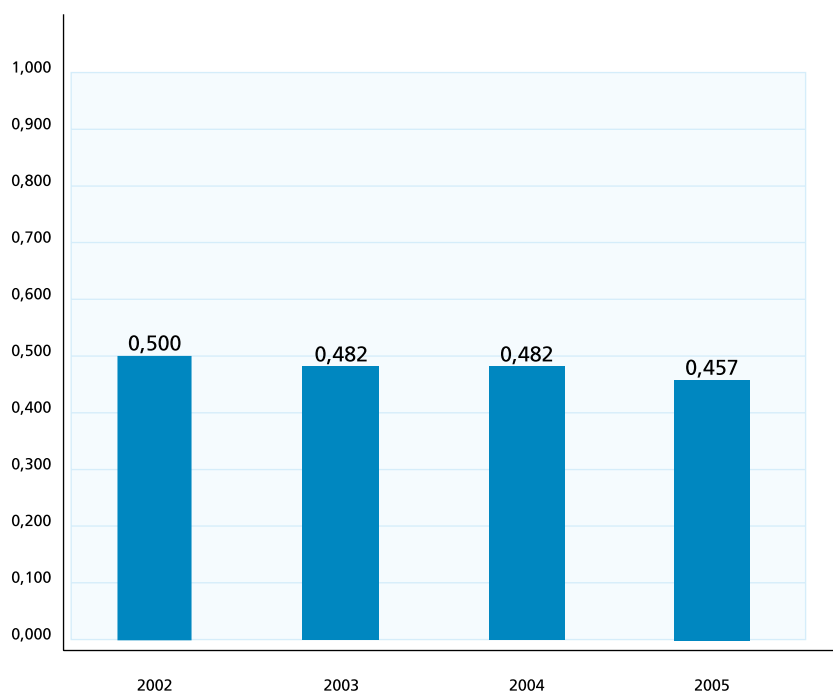
Fonte: Pnad, IBGE. Microdados.

⁶ Sobre a contribuição das aposentadorias e pensões para a distribuição de renda, ver Dedecca, Ballini e Maia (2006).

Em face do formato distributivo mais favorável da curva de rendimentos de aposentadorias e pensões, pode-se afirmar que é incontestável sua contribuição para a queda recente da desigualdade.

GRÁFICO 6

Índice de Gini da distribuição da massa total de rendimentos de aposentadorias e pensões – 2002-2005



Fonte: Phad, IBGE. Microdados.
Elaboração do autor.

Entre 2002 e 2005, o índice de Gini da distribuição dos rendimentos de aposentadorias e pensões caiu de 0,500 para 0,457, isto é, 8,3% em termos relativos. Enquanto isso, a queda do índice para a distribuição individual dos rendimentos de todas as fontes recuou em 3,7%.

Confirma-se, portanto, que a análise da queda da desigualdade requer a incorporação da política de previdência social como um de seus determinantes. Entre aqueles analisados, ela talvez seja o determinante que melhor expresse a contribuição para o processo.

5 A COMPLEXIDADE DA ESTRATÉGIA DE COMBATE À DESIGUALDADE

Procurou-se, ao longo deste capítulo, qualificar a queda recente da desigualdade, reconhecendo sua importância, mas também apontando os seus limites. A reflexão sobre o processo não teve, e nem tem, o objetivo de contestar ou de criticar sua ocorrência. Ela se deve à necessidade de esclarecer seus determinantes com o propósito de definir estratégia que permita preservá-los, bem como mantê-los, para os próximos anos.

Mesmo considerando relevante a queda observada, é inegável que o grau de desigualdade pessoal da renda ainda é elevado no Brasil, como a própria nota técnica reconhece (Ipea, 2006). Portanto, o ocorrido pode ser facilmente revertido, ou o processo pode ser truncado nos próximos anos, exigindo-se, desse modo, que se construa uma estratégia para que a redução da desigualdade tenha continuidade e se observe uma alteração estrutural da distribuição de renda no País.

O estudo teve a preocupação de mostrar, em primeiro lugar, os limites do processo, pois a queda da desigualdade se refere às mudanças na distribuição pessoal da renda, e não é possível avaliá-la articuladamente à evolução da distribuição funcional.

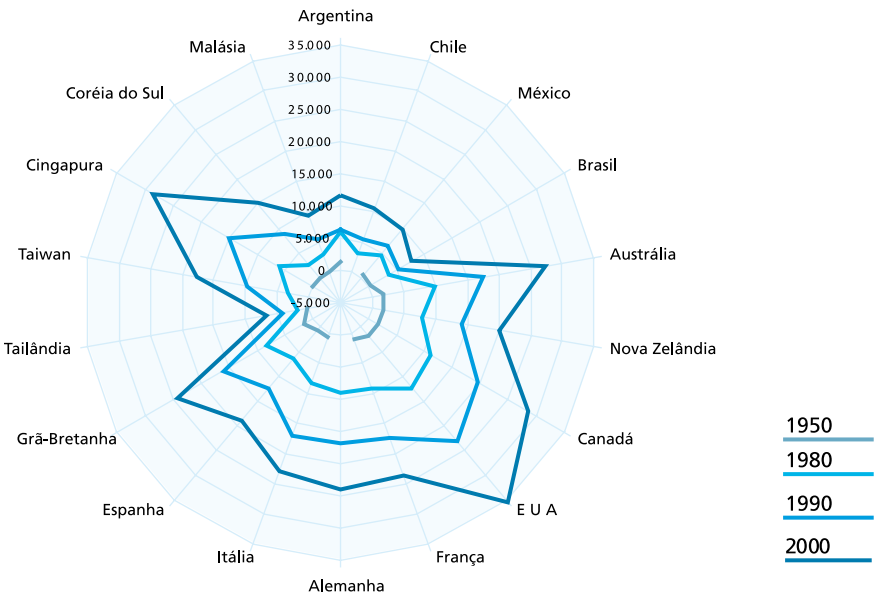
Foi explicitado que a queda da desigualdade da distribuição pessoal não teve, ao menos até o presente momento, implicações sobre a estrutura de renda, as quais pudessem sinalizar tendências quanto a alterações significativas na distribuição da massa total de rendimentos. Essa limitação foi atribuída também à distribuição da renda familiar.

Além disso, a análise apontou que os ganhos observados, que explicaram a queda da desigualdade, não se restringiram ao decil mais pobre, não havendo, pois, indicações de que a redução da desigualdade tenha sido resultado de um único determinante. Ao contrário, foram fornecidos claros indícios de que as diversas políticas sociais tiveram influência no processo, não sendo possível, portanto, imputar exclusividade a qualquer uma delas. Foram também apresentadas evidências de que cada uma das políticas certamente teve influências diferenciadas. Isto é, as evidências sugerem que a transferência de renda, o salário mínimo e a previdência são complementares em termos de efeitos sobre a distribuição pessoal da renda.

Contudo, é fundamental recuperar uma das questões tratadas inicialmente aqui sobre a relação entre queda da desigualdade, redução do rendimento médio e declínio dos rendimentos superiores.

Existem sinais sobre uma possível queda da desigualdade pessoal da renda com decréscimo da produtividade média da economia brasileira. O processo parece estar se estabelecendo sem a observância de uma elevação do padrão médio de bem-estar da sociedade. A queda da desigualdade observada tem ocorrido, portanto, sem que haja desenvolvimento. Se, a curto prazo, essa situação é possível, não se pode dizer se assim ela o será no médio ou no longo prazo. Sua continuidade dependerá da manutenção dos fatores distributivos das políticas em curso, os quais tendem a se esterilizar em razão das crescentes restrições fiscais que a ausência de crescimento, ou de desenvolvimento, impõe às finanças públicas.

GRÁFICO 7
Produto Interno Bruto *per capita* em US\$¹
países selecionados – 1980-1990-2000



Fonte: Penn World Tables, Center for International Comparison, University of Pennsylvania.
Nota:¹ Valores em US\$ atualizados segundo o índice de Paridade de Poder de Compra.

É fundamental que o crescimento e o desenvolvimento sejam restabelecidos, pois são decisivos para a continuidade do movimento de redução da desigualdade, bem como para a modificação da outra dimensão do problema associado à distribuição funcional da renda. É preciso, portanto, superar um falso dilema sobre distribuição de renda e crescimento.⁷ É possível distribuir sem crescimento, porém, é

⁷ Sobre esse tema, ver Galbraith (2002).

preciso crescimento se o objetivo for distribuir e modificar, estruturalmente, o estado atual de desigualdade com elevação do padrão médio de bem-estar da sociedade brasileira.

A estagnação da economia nesses últimos 25 anos não somente deteriorou a distribuição de renda como também chancelou uma situação de progressivo empobrecimento da sociedade. Essa situação fica patente quando se comparam nosso PIB *per capita* de 1950, e o de hoje, relativamente ao de outros países.

Apesar de seu elevado crescimento demográfico, o País conheceu um aumento substantivo da renda *per capita* entre 1950 e 1980, e ficou em situação de estagnação desde então. É visível nosso empobrecimento relativo, bem como nossa exclusão do grupo de países de renda média tais como Coréia, Nova Zelândia e Taiwan – ver Apêndice.

A tendência de empobrecimento cria, também, duas dificuldades para que o País altere o quadro de desigualdade nele existente.

A primeira delas se refere a uma outra dimensão da desigualdade não mensurada, associada à reprodução do trabalho para próprio consumo e não remunerado, que reflete uma dimensão da heterogeneidade do desenvolvimento passado e tem se reproduzido nesse contexto de estagnação dos últimos 25 anos.⁸ Somente o desenvolvimento com elevação significativa da renda *per capita*, com distribuição de renda, poderá retirar as pessoas das atividades para próprio consumo, isto é, de subsistência.

A outra dificuldade criada associa-se às novas dimensões da desigualdade que emergiram no processo de transformação da sociedade capitalista, após os anos 1970. O acesso às tecnologias de informação e às redes de conhecimento se torna crescentemente difícil em um País que perde posição relativa, seja em termos de renda, seja em termos de estrutura produtiva. Se os países desenvolvidos têm encontrado dificuldade em conter a emergência dessas novas dimensões da desigualdade, é ainda mais difícil enfrentá-las em um país marcado por debilidades sociais e econômicas associadas, ou potencializadas pela ausência de desenvolvimento.⁹

Em suma, pode-se afirmar que em termos de renda nosso desafio é duplo. Precisamos reduzir a desigualdade e ao mesmo tempo elevar a renda média. Provavelmente, será impossível equacionar o primeiro desafio sem resolver o segundo. Ademais, a redução da desigualdade exige e exigirá uma estratégia mais complexa em termos de políticas de desenvolvimento e sociais. Não foi e nem será um único tiro que modificará o quadro social secular de desigualdade prevalecente no País.

⁸ Ver Dedecca (2005).

⁹ Sobre esse tema, ver ONU (2005); Giddens e Diamond (2005); e Fitoussi e Rosanvallon (1996).

A queda recente da desigualdade foi uma conquista importante. Caberá agora buscar assegurar sua continuidade em um contexto de elevação generalizada do padrão de bem-estar da sociedade, processo que não poderá estabelecer-se na ausência de crescimento com desenvolvimento sustentado.

6 REFERÊNCIAS

- BACHA, E. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Orgs.). **A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. R; MENDONÇA, R. **Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.201).
- CARD, D.; KRUEGER, A. **Myth and measurement: the new economics of the minimum wage**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- DEDECCA, C. S.; BALLINI, R.; MAIA, A. G. **Sobre a contribuição da aposentadoria para a distribuição de renda**. Campinas: IE/Unicamp, 2006. Mimeografado.
- DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. **Parcerias Estratégicas**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), n. 22, 2006 (Edição especial).
- DEDECCA, C. S. **Trabalho e gênero no Brasil, formas, tempo e contribuições sócio-econômicas**. Brasília: Unifem, 2005.
- FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Orgs.). **A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FITOUSSI, J.-P.; ROSANVALLON, P. **Le nouvel âge des inégalités**. Paris: Seuil, 1996.
- GALBRAITH, J. The importance of being sufficiently equal. **Social Philosophy & Policy**, n. 19, p. 201-224, 2002. Social Philosophy & Policy Foundation, Cambridge University Press.
- GIDDENS, A.; DIAMOND, P. **The new egalitarianism**. London: Policy Network, 2005.
- HOFFMANN, R. Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Orgs.). **A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, ago. 2006 (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: nov. 2006.

JACCOUD, L. **Indigência e pobreza: o impacto dos benefícios previdenciários, assistenciais e transferências de renda.** Brasília: Ipea, 2006. Mimeografado.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, v. 45, n. 1, 1955. American Economic Association.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 1973.

LEVY ECONOMICS INSTITUTE OF BARD COLLEGE. Levy Institute Measure of Economic Well-Being, Annandale-on-Hudson: Levy Economics Institute of Bard College, 2004.

LOW PAY COMMISSION NATIONAL MINIMUM WAGE. Low Pay Commission Report, London: Low Pay Commission, 2006.

MALAN, P.; WELLS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **The Inequality Predicament.** New York: ONU, 2005.

PIKETTY, T. **Les hauts revenus en France au XX^e siècle.** Paris: Grasset, 2001.

SERRA, J. A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas, In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOARES, S. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período de 2001 a 2004.** Brasília: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.166).

TAVARES, M. C.; SOUZA, P. R. Emprego e salários na indústria, o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 1 São Paulo: Brasiliense, 1981.

TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). **A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Classificação dos países segundo renda *per capita*
países selecionados

Renda <i>per capita</i> superior a US\$-PPP 30.000			Renda <i>per capita</i> entre US\$-PPP 20.000 e 29.990			Renda <i>per capita</i> entre US\$-PPP 10.000 e 19.990			Renda <i>per capita</i> entre US\$-PPP 5.000 e 9.990		
IDH (posição)	País	Renda <i>per capita</i> (US\$-PPP)	IDH (posição)	País	Renda <i>per capita</i> (US\$-PPP)	IDH (posição)	País	Renda <i>per capita</i> (US\$-PPP)	IDH (posição)	País	Renda <i>per capita</i> (US\$-PPP)
4	Luxemburgo	62298	3	Austrália	29632	24	Grécia	19954	47	Costa Rica	9606
8	Irlanda	37738	12	Holanda	29371	40	Quatar	19844	61	Malásia	9512
1	Noruega	37670	9	Bélgica	28335	121	Guiné Equatorial	19780	62	Rússia	9230
10	Estados Unidos	37562	11	Japão	27967	33	Brunei	19210	53	México	9168
14	Dinamarca	31465	20	Alemanha	27756	26	Eslovênia	19150	131	Botswana	8714
2	Islândia	31243	16	França	27677	29	Chipre	18776	46	Uruguai	8280
5	Canadá	30677	13	Finlândia	27619	27	Portugal	18126	66	Granada	7959
7	Suíça	30552	22	Hong Kong	27179	44	Kuwait	18047	63	Brasil	7790
17	Áustria	30094	15	Reino Unido	27147	28	República da Coreia	17971	55	Bulgária	7731
			18	Itália	27119	32	Malta	17633	73	Tailândia	7595
			6	Suécia	26750	43	Bahrain	17479	64	Romênia	7277
			25	Cingapura	24481	50	Bahamas	17159	89	Tunísia	7161
			19	Nova Zelândia	22582	31	República Tcheca	16357	99	Irã	6995
			41	Emirados Árabes	22420	30	Barbados	15720	54	Tonga	6992
			21	Espanha	22391	35	Hungria	14584	91	Belize	6950
			23	Israel	20033	71	Oman	13584	56	Panamá	6854
						38	Estônia	13539	95	República Dominicana	6823
						42	Eslováquia	13494	59	Macedônia	6794
						77	Arábia Saudita	13226	67	Turquia	6772
						49	São Cristovão e Nevis	12404	69	Colômbia	6702
						34	Argentina	12106	80	Cazaquistão	6671
						39	Lituânia	11702	123	Gabão	6397
						36	Polônia	11379	125	Namíbia	6180
						65	Mauritius	11287	87	São Vicente e Granadinas	6123
						45	Croácia	11080	103	Argélia	6107
						57	Trinidade e Tobago	10766	67	Bielo Rússia	6052
						120	África do Sul	10346	68	Bósnia e Herzegovina	5967
						60	Antigua e Barbuda	10294	97	Turquemenistão	5938
						37	Chile	10274	92	Fiji	5880
						48	Latávia	10270	74	Samoa	5854
						51	Seychelles	10232	76	Santa Lúcia	5709
									78	Ucrânia	5491
									70	Dominica	5448
									79	Peru	5260
									105	Cabo Verde	5214
									81	Libano	5074
									85	China	5003

Fonte: http://hdr.undp.org/statistics/data/excel/hdr05_table_1.xls.

Obs.:¹ Países com renda *per capita* superior a US\$-PPP 5.000,00.